

OS DESAFIOS DO ENSINO MILITAR: TRANSFORMANDO A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS MILITARES

JACINTHO MAIA NETO – CORONEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

1 INTRODUÇÃO

O século XXI trouxe novos desafios ao Brasil, decorrente de sua maior inserção na arena global, tanto economicamente, como politicamente. A participação frequente em fóruns decisores tem exigido do Estado Brasileiro uma efetiva resposta aos pedidos das Organizações das Nações Unidas para o emprego de suas Forças Armadas, tais como as intervenções no Haiti, no Líbano e o envio de observadores militares para a Síria.

Atualmente, ao se estudar o ambiente militar e suas relações com a sociedade, não se pode deixar de citar as perspectivas existentes sobre as relações civis-militares. Essa relação, no caso brasileiro, tem-se focado no debate sobre a necessidade vital do controle civil sobre o militar, conforme apregoam alguns autores (MEI; MATHIAS, 2000; MATHIAS, 2007; SAINT-PIERRE, 2007; ZAVERUCHA; REZENDE, 2009), neste estudo, ela será denominada de 1ª Agenda.

No entanto, a existência de novas demandas de segurança e defesa decorrentes das novas ameaças (MATHIAS, 2007), das operações de imposição e manutenção da paz¹, do aumento das operações de garantia da lei e da ordem e ações subsidiárias (BRASIL, 1988), poderiam motivar um novo debate, que, infelizmente, ainda não transpôs a fronteira anglo-saxônica: o da eficácia militar.

Esse novo debate ou 2ª Agenda, já parte da premissa do controle civil sobre o militar e busca conseguir a otimização dos recursos disponibilizados à defesa, sob esta perspectiva, a preocupação da sociedade passa a ser sobre a eficácia da atual estrutura militar no atendimento a essas novas demandas (NIELSEN, 2005; FEAVER, 1999) e não mais o debate anterior do controle do militar pelo civil, ficando esse tema superado.

Neste novo contexto, as instituições militares deverão estar preparadas para os novos desafios, mais ágeis e sensíveis às necessidades da população e às aspirações globais deste novo Estado. O objetivo deste artigo é contribuir para o debate sobre as ações estratégicas que o Exército Brasileiro tem conduzido na área do ensino militar, em especial na pós-graduação (PG) *stricto sensu*, para a consecução de sua transformação e como ele deve se estruturar e se relacionar para atender as novas demandas de Defesa.

O ensino militar brasileiro é regulamentado por uma legislação específica, segundo o prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define em seu Art. 83 que “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.” (BRASIL, 1996). Partindo dessa premissa e considerando a crescente demanda de pesquisa na área de Defesa, o estudo pretende apresentar como a PG *stricto sensu*, dentro do ambiente de transformação que o

¹ Estas operações são descritas, respectivamente, nos capítulos VII e VIII da Carta da Organização das Nações Unidas de 1945.

Exército Brasileiro tem promovido nos dois últimos anos, pode contribuir com o ensino militar e com a melhoria das relações civis-militares no Brasil.

O presente artigo está estruturado em cinco partes, sendo que na segunda parte se caracteriza a ambiência militar, em razão desta possuir certas peculiaridades que a diferenciam tanto do ambiente empresarial, quanto do público, apesar de estar inserida neste. Na terceira parte, apresenta-se uma breve sinopse da PG *stricto sensu* no Exército Brasileiro (EB), em especial a da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Em seguida, esse estudo mostra como está sendo estruturada a PG da linha de ensino militar bélico face aos ambientes externo e interno ao EB, não sendo foco deste trabalho o contexto da linha científico-tecnológica. Finalmente, retorna-se ao objetivo principal, acreditando que este trabalho e novas contribuições poderão concorrer para o incremento do debate sobre a 2ª Agenda, a da eficácia militar.

2 O AMBIENTE E O MILITAR

As relações entre o ambiente interno e externo ao militar fazem parte do entendimento de como é este ser e como ocorrem às instâncias de socialização que o meio exerce sobre o indivíduo, como se adquire os saberes constitutivos deste espaço social e como isto pode ser introjetado no ser para que ele se veja como integrante desse novo espaço social.

Para Bourdieu (1996) essa ligação entre o indivíduo e a sociedade, caracterizada pelo espaço social é feita pelo *habitus*, que se define por um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona como um gerador e organizador desses esquemas sociais. Nas palavras de Bourdieu:

são sistemas de disposições duráveis e transferíveis. Estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptados a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente reguladas e reguladoras, sem ser o produto da obediência a regras, sendo coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, p.53, 1996).

Essas disposições caracterizam-se por aquilo que se capta do exterior e se internaliza como estruturas mentais ao longo das trajetórias, experiências de vida e que retornam às estruturas sociais, através das práticas, realizando esse movimento dialético e que irá reconstruindo a realidade social na qual se está interagindo.

Elas, as disposições, são consideradas duráveis porque foram construídas ao longo das trajetórias pessoais, fazendo parte ou construindo as estruturas mentais e são transponíveis, pois as experiências que se adquire em determinada situação podem ser utilizadas em outras.

O primeiro sistema de disposições duráveis que o ser humano apreende é o do ambiente familiar, é o seu primeiro *habitus*. Neste contexto, o *habitus* trás o passado para o momento presente, possibilitando, através do contato com outras estruturas sociais, a interação desses momentos.

As estruturas sociais inerentes à determinada situação conduzem para outra definição central que é a de campo. Para Bourdieu (1983, 1989, 1996), um campo se define por suas disputas e interesses específicos, diferentes de outros campos e dele só podem participar aqueles que foram produzidos, moldados para participar daquele campo, para que um campo produza é preciso que os participantes sejam incentivados a jogar o jogo, cada um com seu *habitus* de tal forma que possam interagir, produzindo novas práticas ou consolidando as antigas.

Para Bourdieu (1983, 1989, 1996), o *habitus* e o campo interagem com outras estruturas sociais, não somente àquelas para as quais foram moldados, permitindo que uma prática, um objeto construído em determinado campo possa ser compreendido por outros campos. Esta característica será importante para fundamentar a apreensão de novos conceitos por diferentes ambientes.

O *habitus* militar considera a profissão como uma segunda pele, ela é adquirida nas escolas de formação e reforçada ao longo da carreira militar. O campo está em constante interação, com seus integrantes permanentemente sendo incentivados a “jogar o jogo”. Esta ação se torna tão intensa, que, ao interagirem com outro campo, mesmo o familiar, o *habitus* militar tende a se impor.

A hierarquia no ambiente militar possui algumas características centrais que impactam as relações interna desse campo e reforçam a manutenção do *habitus*, como apresentado por Leirner (1997):

[a hierarquia militar é] a base sobre a qual se exteriorizam cotidianamente sinais de respeito, honras, cerimonial, continências, ordens e comandos; tudo isso executado pelos membros da Força, cada qual em uma posição no interior da instituição, sem que ao menos precisem ter consciência de que, tomadas em seu conjunto, as diferentes condutas são manifestações particulares que necessariamente transitam por esse princípio regulador coletivo que é a hierarquia. Pode-se dizer, portanto, que a partir dela se espelham as relações e a visão de mundo militares. (Ibidem, p. 53).

Essa diferenciação do ambiente militar, também foi caracterizada por Lang (1965), estudioso da sociologia militar, com três observações sobre o ambiente militar. Primeiramente, a existência de uma vida comum, um caráter comunitário entre “os fardados” que os diferenciam dos “não-fardados”, isto já denota um certo grau de controle da organização, muito mais forte do que em organizações comuns. Segundo, existe uma forte ênfase na hierarquia, como fator diferenciador de outras organizações, quase como uma certa “ideologia autoritária” e, por último, há uma cadeia de comando que mantém um “fluxo descendente de diretrizes” que utiliza a hierarquia e a disciplina como elementos de controle da execução das ordens dos escalões superiores.

Quem são, então, os militares, apenas os integrantes de um ambiente altamente hierarquizado?

Huntington (1996), em sua célebre obra “O Soldado e o Estado”, apresenta uma caracterização da profissão militar que é consubstanciada no que ele chama de “oficialato”, aquele cidadão que ingressa na carreira militar para ser oficial de carreira, diferentemente daquele que entra para o serviço militar de forma temporária, quer como oficial ou praça². Existem muitas competências exigidas na profissão militar que são similares ao meio civil (aos não-fardados, como caracterizou Lang), tais como as exigidas dos engenheiros, médicos, pilotos, técnicos em comunicação, informática, etc.

No entanto, existe uma competência que é própria do oficialato, que os distingue de quase todos os civis, que é a “**administração da violência**”, termo que Huntington utiliza de Harold Lasswell. Esta administração consiste em dirigir, operar e controlar uma organização humana que tenha por principal função a aplicação da violência. Para Huntington, o

² Os níveis hierárquicos da carreira militar são similares em quase todos os países. No Brasil, em especial no Exército, existem dois grandes círculos: o dos oficiais, começando pelo posto de Aspirante a Oficial, 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel, Coronel, General de Brigada, General de Divisão e General de Exército; e o das praças, começando pelo Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente.

oficialato não aplica a violência, a administra, pois esta exige habilidades complexas e intelectuais que requerem estudo e treinamento constante.

Que tipo de profissional é este, que tem por “missão” administrar a violência?

É aquele que tem sob a sua responsabilidade a segurança e a defesa da sociedade, estando somente autorizado por ela a fazer uso dessa sua habilidade específica quando, como e onde ela determinar. Soeters et all (2006), caracterizaram bem esse profissional, como aquele que possui vocação para a carreira, se identifica com o bem da coletividade, se dispõe a sacrificar-se, a escolher mais os fundamentos morais do que os incentivos materiais e é capaz de se integrar a um ambiente altamente hierarquizado.

Conforme estes autores as organizações militares possuem uma ordem social fortemente verticalizada e com o poder relacionado aos postos hierárquicos e regulamentos, o que se materializa em diversos regulamentos e normas institucionais, entre eles o Estatuto dos Militares que rege a ética e as relações entre militares.

Entender como a sociedade caracteriza o militar e como nosso ambiente se forma, se constitui e se relaciona com outros *habitus*, é fundamental para transformar o ensino militar e, por conseguinte, a pós-graduação. Não se trata de inserir um ou outro método de ensino, nem tampouco crer que se vive a margem do conhecimento produzido por quem não está inserido no ensino militar, se trata de interação e não assimilação.

3 A PÓS-GRADUAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Sistema de Ensino Superior Militar (SESM) é composto por escolas e organizações militares diversas, que realizam a graduação e a pós-graduação, no âmbito do Exército. No caso dos oficiais de carreira, a graduação é caracterizada pelos cursos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na Linha de Ensino Militar Bélico, e pelos cursos do Instituto Militar de Engenharia (IME), na Linha de Ensino Militar Científico-Tecnológico. A PG se caracteriza pelos cursos de especialização de diversas escolas, do IME e pelos cursos de altos estudos militares da ECEME.

Quanto à PG da ECEME, seus precursores legais foram a Lei de Ensino do Exército (BRASIL, 1999a) e o seu Regulamento (BRASIL, 1999b), que definiu em seu Art. 18, as diplomações e as respectivas titulações da PG, bem como sua equivalência com aquelas conferidas pelo Sistema Nacional de Educação. Como decorrência, uma série de portarias, normas, regulamentos e adaptações curriculares foram elaboradas com a finalidade de adequar a legislação nacional de PG à carreira militar.

Em relação à PG *stricto sensu*, o ano de 2001 foi o marco inicial para a Linha de Ensino Militar Bélico, mais notadamente em duas escolas, a Escola de Aperfeiçoamento do Exército (EsAO) e a ECEME. As duas escolas são responsáveis pelos cursos de Aperfeiçoamento e de Estado-Maior, respectivamente. Desde o início, os cursos de mestrado das duas escolas tiveram o foco diferenciado, o da EsAO³ direcionado para os militares no posto de capitão e com enfoque profissionalizante e o da ECEME⁴, direcionado para oficiais⁵ que irão compor o Estado-Maior dos oficiais gerais e o comando de organizações militares (OM), com enfoque acadêmico.

³ Mestrado em Operações Militares.

⁴ Mestrado em Ciências Militares.

⁵ Capitães, Majores e Tenentes Coronéis que realizam concurso nacional para o ingresso nos cursos de estado-maior da escola e processo seletivo específico para a pós-graduação.

Em 2002, acontece um dos fatos mais significativos para os estudos no âmbito do Ensino Superior Militar, o Ministro de Estado da Educação homologa Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)⁶, no qual ficaram estabelecidas as normas relativas à equivalência de estudos e a inclusão das Ciências Militares como uma das ciências estudadas no País.

Esse Parecer tem orientado todos os processos de solicitação de equivalência dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* realizados no ensino militar com os do ensino civil, feitas por militares junto ao CNE. Com base nele, os novos pareceres têm relatado, de forma continuada, que a equivalência da titulação referente aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* se dará “na medida em que os cursos [de pós-graduação da ECEME] forem submetidos à avaliação da CAPES”.

Em 2005, dando continuidade ao processo de implementação da PG na ECEME, foi criado o curso de Doutorado em Ciências Militares, após avaliação e parecer favorável do Escalão Superior, em especial, da área de ensino.

Desde então, o programa de PG da Escola, em especial o mestrado e o doutorado, tem se aprimorado e interagido, cada vez mais, com programas de PG de Instituições de Ensino Superior (IES), em diversas áreas, tais como Administração, Ciência Política, Relações Internacionais, História e Geografia, demonstrando o quanto a temática de Defesa é interdisciplinar. Sob este enfoque interdisciplinar, também refletido nos diversos setores e cursos da Escola, a partir de 2007, a estrutura de PG foi integrada ao Centro de Estudos Estratégicos (CEE) permitindo que a pesquisa científica interagisse de forma mais efetiva com o meio acadêmico, por ser essa estrutura a responsável pelo relacionamento da Escola com outras IES.

A partir de 2008, essa interação se tornou mais efetiva com a criação de um grupo de pesquisadores em Ciências Militares constituído por civis e militares, doutores, mestres e alunos de cursos de PG oriundos das IES parceiras da ECEME, o que melhorou qualitativamente a produção científica da Escola.

Com editais em 2005 e 2008, o Programa Pró-Defesa⁷, uma parceria entre o Ministério da Defesa e a CAPES, além de estimular a pesquisa na área de Defesa, tem permitido as escolas de altos estudos militares capacitarem seus corpos docentes, ao mesmo tempo em que interagem com os programas de PG dos projetos participantes do Pró-Defesa.

Ao finalizar este breve histórico da PG no EB, em especial na ECEME, deve-se ressaltar a importância da Estratégia Nacional de Defesa (END)⁸ na área de ensino das Forças Singulares. Em relação a este aspecto e com o objetivo de atender as ações estratégicas definidas no escopo da END, o EB iniciou, a partir de 2010, seu processo de transformação, tendo como marcos temporais os anos de 2015, 2022 e 2030. Este processo tem sido conduzido através de Vetores de Transformação (VT), entre eles o de Educação e Cultura, os impactos desse processo de transformação e do novo panorama de Defesa decorrente da END, serão o foco da próxima Seção.

⁶ Parecer CNE/CES 1.295/2001, de 6/11/2001, homologado pelo DOU Nº 58, de 26/03/2002.

⁷ Programa de apoio ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica em defesa nacional (Pró-Defesa)

⁸ Decreto Nr 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

4 A AMBIÊNCIA E A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS MILITARES

No âmbito interno, o ensino militar tem sido impactado por novas legislações, cenários prospectivos, debates, quebra de paradigmas e criação de novas estruturas educacionais. No âmbito externo, por uma maior necessidade de aproximação com o Sistema Nacional de Ensino, resultante de demandas de alunos e docentes de diversas áreas do conhecimento. Outro grande impacto na pesquisa acadêmica tem sido a crescente demanda da Indústria de Defesa, tanto na área tecnológica, como em gestão e políticas públicas de Defesa.

4.1 A ambiência externa

A partir de 2005, com o lançamento do 1º Edital do Pró-Defesa e a participação da ECEME no Projeto Rede Brasil Defesa, em parceria com a Universidade Federal Fluminense, até o 2º Edital em 2008, com nova participação da Escola no Projeto Gestão Estratégica de Defesa em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, vinte e oito⁹ programas de PG, trinta e uma IES, sendo vinte civis e onze militares passaram a realizar pesquisas e a formarem mestres e doutores dentro da temática Defesa.

A reestruturação do MD, com a criação de novos cargos¹⁰, criação da carreira de analista de defesa, a abertura do campus Brasília da Escola Superior de Guerra e a criação do Instituto Pandiá Calógeras; e a inserção de professores civis, mestres e doutores, nas escolas militares, conduzem à reflexão de que novos atores, com conhecimento em Defesa, estarão interagindo interna e externamente com militares e civis, estar capacitado para esse debate é primordial para as organizações militares.

A existência de diversos Institutos e Centros de Estudos, em variadas áreas do conhecimento, debatendo sobre a Defesa e a Segurança Nacionais; o crescente debate sobre a indústria nacional de defesa, envolvendo governo, empresários, associações patronais e suas parcerias com universidades e centros de pesquisa para o desenvolvimento da base industrial de defesa, produz um ambiente propício ao fomento de pesquisas desde a área de gestão até a tecnológica.

A elaboração do Livro Branco de Defesa, recentemente entregue ao Congresso Nacional¹¹, contou com a participação ativa de pesquisadores e professores, civis e militares, possibilitando um debate mais maduro em torno da 2ª Agenda.

O lançamento do edital do programa Pró-Estratégia¹², com a consequente aprovação de dezenove projetos, muitos em parcerias com as escolas de altos estudos militares e com empresas, a inclusão deste ator foi fator de inovação do edital, constitui-se em mais um fomento substancial às pesquisas na área de Defesa.

Nesta breve análise da ambiência externa ao EB, não poderia deixar de ser citado um fato histórico para a área de Defesa, que foi a criação do curso de graduação em Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que se

⁹ Fonte: <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/pro-defesa>.

¹⁰ Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/12 que permite a reestruturação do Ministério da Defesa.

¹¹ Em 17/07/2012. Fonte: <http://www.defesa.gov.br>.

¹² Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional. ¹² Fonte: <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/pro-estrategia>.

encontra no quinto semestre, com cerca de sessenta alunos por turma, ou seja, mais de trezentos alunos ávidos por conhecimentos na área e com aspirações, quer profissionais, quer acadêmicas, após a conclusão do curso.

Nesse contexto, percebe-se que as demandas na área de Defesa têm crescido substancialmente, exigindo da sociedade e do Estado ações concretas para o seu atendimento. As IES civis e militares serão peças-chave nesse processo.

4.2 A ambiência interna

Em relação ao ambiente interno, a valorização do capital humano tem sido o principal foco do processo de transformação do Exército. Definir quais serão as competências que o militar deverá possuir até 2030, tem sido o principal desafio da Instituição. A percepção atual é de que este militar, dentre outras capacidades/habilidades, deverá:

- atuar em operações de guerra convencional e assimétrica;
- atuar em operações de não-guerra;
- desenvolver pesquisas na área das Ciências Militares;
- participar de operações conjuntas, multinacionais e interagências;
- desenvolver pensamento crítico; e
- negociar e gerenciar conflitos.¹³

O levantamento dessas competências é uma das missões do vetor Educação e Cultura, cuja condução é feita pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), que realizou nos anos de 2010 e 2011, amplo diagnóstico sobre o perfil dos alunos dos cursos de formação de oficial e de praças, bem como uma análise do processo de modernização do ensino iniciado em 1995. (EXÉRCITO, 1995). Verificou-se que, em muitos aspectos, a evolução do Sistema de Ensino foi significativa, principalmente, em relação aos marcos legais. Foram decorrentes daquele processo de modernização a Lei de Ensino do Exército, seu Regulamento, toda a legislação de amparo legal à equivalência de estudos com o Sistema Nacional de Educação, assim como a sistemática de avaliação que é muito similar à realizada por este Sistema, em especial pela CAPES.

Algumas observações, que já eram o foco daquela modernização, como o intercâmbio com o meio civil, quer em relação aos docentes/pesquisadores, às pesquisas em conjunto/parcerias com acadêmicos/IES, quer em relação à oferta de vagas em cursos nas IES militares, ainda é pequeno.

A atual diretriz do Comandante do Exército para o período 2011-2014 (EXÉRCITO, 2010), em relação ao ensino, define as ações que deverão ser realizadas para que essas observações sejam efetivadas, dentre elas: criar cursos para civis, potenciais formadores de opinião, na ECEME; contratar professores civis; buscar o alinhamento das linhas de pesquisa da pós-graduação com o desenvolvimento doutrinário e ampliar o intercâmbio com o meio acadêmico civil.

A implementação dessas diretrizes e as consequências diretas dos outros fatores da ambiência interna, têm exigido da ECEME, a necessidade constante de atualização da temática militar, a necessidade de maior qualificação do corpo docente, em especial o dos

¹³ PROFORÇA. Disponível em: < <http://www.exercito.gov.br/web/proforca/downloads> >. Acesso em: 2 jul. 2012.

programas de PG, e a necessidade da Escola em proporcionar uma maior infraestrutura para a realização de pesquisas (laboratórios e incremento da biblioteca).

Partindo da premissa de que as mudanças nos programas de PG, além de buscarem o reconhecimento e a equivalência dos seus cursos perante o Sistema Nacional de Educação, deveriam contribuir com a melhoria e a dinâmica do ensino curricular da ECEME e interagir com todos os setores da Escola, foi proposta a criação do Instituto Meira Mattos (IMM), como evolução do Centro de Estudos Estratégicos da Escola.

Decorrente dessa proposta, o Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação do IMM tem realizado melhorias nos programas de PG da Escola, dentre estas, a adequação do curso de mestrado em Ciências Militares aos requisitos da CAPES para cursos novos e dentro do ambiente dos Programas Estratégicos Específicos (BRASIL, p. 353, 2010), a abertura de vagas para civis no mestrado em 2013, a realização de projeto-piloto com alunos militares no corrente ano e incremento do corpo docente com professores civis e militares com titulação de doutorado em cursos aprovados pela CAPES.

O amadurecimento dos programas de PG da Escola (desde 2001), a existência de cursos civis de PG como parte da carga horária dos cursos de estado-maior de oficiais Intendentes, Médicos, Engenheiros Militares e o MBA Executivo para o Curso de Política, Estratégia, Alta Administração do Exército (desde 1999) e, principalmente, o apoio do Comando da Escola e do Escalão Superior, têm contribuído para a criação de um ambiente favorável a mudanças estruturais tanto nos programas de PG, como no ensino da ECEME.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, retorna-se ao objetivo central deste artigo, que é o de contribuir para o debate sobre as ações estratégicas que o Exército Brasileiro tem conduzido na área do ensino militar, em especial na pós-graduação (PG) *stricto sensu*. Entende-se que a apresentação dos principais aspectos da ambiência da área de Defesa e suas implicações na PG *stricto sensu* da ECEME; a compreensão das características de *habitus* e de campo e suas relações com um ambiente altamente hierarquizado; e a trajetória da PG *stricto sensu* da Linha de Ensino Militar Bélico; tenham contribuído para o atingimento desse objetivo.

O grande desafio da PG *stricto sensu* na ECEME, por isso a utilização do verbo “transformar”, não tem sido somente a sua apresentação como um curso novo à CAPES, mas o fato inovador deste curso ser realizado dentro de uma IES militar da Linha de Ensino Bélico, para alunos civis e militares, com um corpo docente mesclado com jovens doutores e professores seniores, os quais já desenvolvem trabalhos na área de Defesa em outros programas de PG consolidados perante a academia.

A transformação dessa PG ocorre ao se propor interagir de forma efetiva com potenciais formadores de opinião (os alunos) e formadores de opinião (jovens doutores, docentes seniores e pesquisadores de outras IES civis), além de, também, como o iniciar de uma nova abordagem nas relações civis-militares, com foco na 2ª Agenda.

Acredita-se, no entanto, que a principal contribuição seja dar a oportunidade de interação entre diversos campos, com *habitus* totalmente diferenciados para que, nas palavras de Bourdieu, esses *habitus* distintos possam “jogar o jogo”, porém não em campos distintos, mas permitindo que um novo campo cresça e se fortaleça, o da incipiente área de Defesa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei Nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 fev. 1999a.

_____. Decreto Nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. Regulamenta a Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 set. 1999b.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, 2010.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. São Paulo: Papyrus, 1996.

EXÉRCITO. Portaria Nº 025 do Departamento de Ensino e Pesquisa. **Diretriz para a Modernização do Ensino na Área do DEP**. Rio de Janeiro, 06 set. 1995.

_____. Portaria Nº 075 do Estado-Maior do Exército. **Diretriz do Comandante do Exército para o período de 2011 a 2014**. Brasília, DF, 10 jun. 2010.

FEAVER, P. D. Civil-Military Relations. **Rev. Politic Science**. v.2, p.211-241, 1999.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1996.

LANG, K. Military organizations. In: J. G. March. **Handbook of Organizations**. Chicago, Rand McNally, p. 838-878, 1965.

LEIRNER, P. **Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MATHIAS, Suzeley K. Ameaças às democracias da América Latina. In: Eliézer Rizzo de Oliveira (Org.). **Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, p. 83-100, 2007. 288 p.

MEI, EDUARDO; MATHIAS, SUZELEY K. AS FORÇAS ARMADAS E O DESPOTISMO ANÃO. REVISTA NOVOS RUMOS. ANO 15, N. 33, P. 38-44, 2000.

NIELSEN, Suzanne C. Civil-Military relations theory and military effectiveness. **Public Administration and Management** v. 10, n. 2, p. 61-84, 2005.

SAINT-PIERRE, H. As novas ameaças às democracias latino-americanas: uma abordagem teórico conceitual. In: Eliézer Rizzo de Oliveira (Org.). **Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, p. 59-82, 2007. 288 p.

SOETERS, Joseph L.; WINSLOW, Donna J.; WEIBULL, Alise. Military Culture. In: **Handbook of the Sociology of the Military**. Edited by Giuseppe Caforio. New York: Springer, p. 237-254, 2006.

ZAVERUCHA, Jorge; REZENDE, Flávio da Cunha. How the Military Competes for Expenditure in Brazilian Democracy: arguments for an outlier. **International Political Science Review**. v. 30, n. 4, p. 1-23, 2009.

SOBRE O ARTIGO E O AUTOR

Artigo apresentado no VI ENABED em São Paulo, 2012.

Citação:

MAIA NETO, J. Os desafios do ensino militar: transformando a pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Militares. **Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares**. Volume 2, nº 26, 2º quadrimestre. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

Resumo:

Ameaças ou capacidades, como as instituições militares brasileiras devem se estruturar para atender as necessidades da sociedade brasileira e as crescentes expectativas do Brasil se tornar um *global player*? O Exército Brasileiro (EB) tem procurado se adaptar a esse novo momento, buscando capacitar seus quadros e rediscutindo seus paradigmas, para isso iniciou um amplo debate sobre o seu “processo de transformação”. Ao apresentar esta Instituição, algumas características centrais devem ser ressaltadas, quais sejam: o efetivo de aproximadamente 200.000 (duzentos mil) integrantes, a grande quantidade de organizações militares, cerca de 650 (seiscentos e cinquenta), a alta rotatividade do pessoal de carreira e, tendo a disciplina e a hierarquia como princípios basilares da cultura organizacional. A sociedade brasileira tem exigido do Estado políticas públicas que permitam o desenvolvimento nacional, mas que também atue em segurança, defesa e ações sociais, cabendo às Instituições buscarem respostas a essas necessidades, caracterizadas, dentre outras, como de ordem pública, proteção das fronteiras, obras de engenharia e apoio a desastres naturais. Neste novo contexto, as instituições militares deverão estar preparadas para os novos desafios, mais ágeis e sensíveis às necessidades da população e às aspirações globais deste novo Estado. O objetivo deste artigo é contribuir para o debate sobre as ações estratégicas que o Exército Brasileiro tem conduzido na área do ensino militar, em especial na pós-graduação *stricto sensu*, para a consecução de sua transformação e como ele deve se estruturar e se relacionar para atender as novas demandas de defesa no século XXI. O ensino militar brasileiro é regulamentado por uma legislação específica, segundo o prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define em seu Art. 42 que “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.” (BRASIL, 1996). Partindo dessa premissa e considerando a crescente demanda de pesquisa na área da defesa, o estudo pretende apresentar como a pós-graduação *stricto sensu*, dentro do ambiente de transformação que o Exército Brasileiro tem promovido ao longo dos dois últimos anos, pode contribuir com o ensino militar e com a melhoria das relações civis-militares no Brasil. Nesse contexto, o ensino militar tem sido impactado por demandas internas, como novas legislações, cenários prospectivos, debates, quebra de paradigmas e criação de novas estruturas educacionais. No âmbito externo, por uma maior aproximação com o Sistema Nacional de Ensino, por estudantes e docentes de diversas áreas, tais como, Administração, Ciências Políticas, Relações Internacionais, História e Geografia. Outro grande impacto na pesquisa acadêmica tem sido a crescente demanda da Indústria de Defesa, quer na área tecnológica, quer por especialistas em gestão e políticas de Defesa. Finalmente, esse estudo procura verificar como está sendo estruturada a área de ensino militar bélico face ao processo de transformação do EB, não sendo o foco o contexto da área científico-tecnológica.

Palavras-chaves: Ensino Militar; Pós-graduação; Transformação Organizacional

Autor:

JACINTHO MAIA NETO – Coronel do Exército Brasileiro

Doutorando pela FGV, mestre em ciências militares, com experiência na área de Defesa, com ênfase em Gestão da Qualidade, Gerência de Projetos e Planejamento Estratégico. Atualmente, é adido militar de defesa na embaixada brasileira na Espanha.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5927345327001433>

Contato:

Email: jmaianeto@ig.com.br

Endereço para correspondência: Calle Fernando El Santo, 6 28010 – Madri - Espanha

Recebido para publicação em outubro de 2012.

Aprovado para publicação em novembro de 2012.